

## ORDEM DO DIA PARA A 21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 09 DE MAIO DE 2018

## PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

- 1 Discussão e votação Projeto de lei nº 163, de 2016, de autoria do deputado Jooji Hato. Dispõe sobre a criação do cargo de Técnico em Imobilizações Ortopédicas no Quadro de Pessoal da Área da Saúde do Estado. Parecer nº 496, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável.
- 2 Discussão e votação Projeto de lei nº 93, de 2017, de autoria do deputado José Américo. Torna obrigatória a inclusão da matéria "Redação" na disciplina da Língua Portuguesa, a partir do 3º ano do Ensino Fundamental I, junto à rede de escolas públicas do Estado. Parecer nº 497, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Educação e de Finanças, favorável.
- 3 Discussão e votação Projeto de lei nº 220, de 2017, de autoria do deputado Cássio Navarro. Dispõe sobre o dever de inserção do símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista TEA, nas placas de atendimento prioritário. Pareceres nºs 1829, de 2017, e 499, de 2018, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favoráveis. (Em anexo o Projeto de lei nº 634, de 2017).
- 4 Discussão e votação Projeto de lei nº 569, de 2017, de autoria do deputado Davi Zaia. Institui a Rota Cicloturística "Márcia Prado". Pareceres nºs 2080, de 2017, e 456 e 500, de 2018, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Atividades Econômicas e de Finanças, favoráveis.
- 5 Discussão e votação Projeto de lei nº 799, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Declara a "Assembleia de Deus Ministério de Madureira", fundada em 15 de Novembro de 1929, como Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico do Estado. Pareceres nºs 1359, de 2017, e 501, de 2018, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Educação,

## favoráveis.

- 6 Discussão e votação Projeto de lei nº 809, de 2017, de autoria do deputado Fernando Capez. Dispõe sobre sanções a serem aplicadas às operadoras de plano de assistência ou seguro à saúde que estabelecerem limitação de prazo, valor ou quantidade, para internações. Pareceres nºs 1463, de 2017, e 502, de 2018, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor e de Finanças, favoráveis.
- 7 Discussão e votação Projeto de lei nº 897, de 2017, de autoria da deputada Marta Costa. Declara a Assembleia de Deus Ministério Belém, como Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico do Estado. Parecer nº 503, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, favorável.
- 8 Discussão e votação Projeto de lei nº 1114, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Torna obrigatória a divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica. Pareceres nºs 489 e 504, de 2018, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.
- 9 Discussão e votação Projeto de lei nº 50, de 2018, de autoria do deputado Doutor Ulysses. Dispõe sobre a inclusão no estudo da disciplina de clínica médica de um capítulo especial sobre as principais doenças que se apresentam de forma diferente em mulheres e homens em todas as escolas de medicina do Estado. Parecer nº 505, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Educação e de Finanças, favorável.
- 10 Discussão e votação Projeto de lei nº 86, de 2018, de autoria do deputado Enio Tatto. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Dia da Queima do Alho". Parecer nº 506, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Atividades Econômicas e de Finanças, favorável.